

Alerta Legislação nº 26, de 24 a 29 jun. 2024

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 14.904, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação às mudanças do clima; altera a [Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009](#); e dá outras providências.

DECRETO Nº 12.083, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Estabelece as diretrizes para a elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e institui o seu Comitê Intersetorial.

DECRETO Nº 12.082, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Institui a Estratégia Nacional de Economia Circular.

DECRETO Nº 12.081, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Institui a Iniciativa Nacional de Projetos Tecnológicos de Alto Impacto.

DECRETO Nº 12.079, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Estabelece nova sistemática de meta para a inflação como diretriz para fixação do regime de política monetária.

DECRETO Nº 12.078, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Institui o Programa Navegue Simples.

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 68.648, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Institui, junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Programa Estadual de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Locais - Programa SP Produz e dá providências correlatas.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL (SGGD)

GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)

RESOLUÇÃO SGGD Nº 23, DE 26-06-2024

O Secretário de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no [Decreto nº 52.691, de 1º de fevereiro de 2008](#), alterado pelos Decretos [nº 68.306, de 16 de janeiro de 2024](#), e [nº 68.385, de 12 de março de 2024](#),

RESOLVE:

Artigo 1º- Para as atividades de cadastramento, no exercício de 2024, todos os servidores, empregados públicos e militares em atividade, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, deverão utilizar os canais integrantes da plataforma SOU.SP.GOV.BR abaixo especificados:

I – Portal do Cadastramento: <https://recad.sp.gov.br>; e

II – Aplicativo SOU.SP.GOV.BR, disponível nas lojas Google Play (Android) e App Store (iOS).

Artigo 2º - Os usuários a que se refere o artigo 1º poderão obter suporte presencial para a realização do cadastramento nos setoriais ou subsetoriais de recursos humanos de sua vinculação.

Artigo 3º - Os órgãos setoriais e subsetoriais de Recursos Humanos aos quais os usuários se encontram vinculados deverão, em caráter excepcional, cadastrar processo SEI com a devida documentação comprobatória que justifique a ocorrência de:

I - incapacidade absoluta;

II - restrição de liberdade;

III - afastamento/licença - servidor fora do país;

IV - admissão no PROVITAL;

V - servidor sem biometria cadastrada.

§ 1º - Para a comprovação das situações previstas nos incisos I a V, poderão ser utilizadas as documentações disponíveis no órgão ou que sejam entregues por representante legal.

§ 2º - Quando o servidor não conseguir realizar a Prova de Vida em decorrência de não possuir biometria cadastrada e estiver impossibilitado de realizar sua coleta ou atualização junto ao TSE, bem como não possuir a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o Registro Geral (RG) do Estado de SP, deverá entregar a documentação comprobatória no próprio órgão setorial e subsetorial de Recursos Humanos de sua vinculação.

§ 3º - Os órgãos setoriais e subsetoriais de Recursos Humanos deverão realizar, na Área Administrativa do Portal de Cadastramento (<https://recad.sp.gov.br>), a atualização dos dados pendentes de cadastramento dos usuários abrangidos no caput deste artigo.

Artigo 4º - Os procedimentos operacionais a que se refere o artigo 3º, assim como os relacionados ao processo de suspensão e restabelecimento dos vencimentos e salários de que trata o artigo 6º do Decreto nº 52.691, de 01 de fevereiro de 2008, serão definidos e comunicados de forma conjunta pela Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação (SSCTI) e da Unidade Central de Recursos Humanos (UCRH).

Artigo 6º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de julho de 2024, ficando revogadas as Resoluções SGGD nº 1, de 18 de janeiro de 2024, nº 07, de 14 de março de 2024 e nº 19, de 17 de maio de 2024.

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 63.518, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Regulamenta, no âmbito do Município de São Paulo, a escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, prevista na [Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017](#), regulamentada pelo [Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018](#).

D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
28/06/2024 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.236, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais, e a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover).
28/06/2024	<u>DECRETO Nº 12.083, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece as diretrizes para a elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e institui o seu Comitê Intersetorial. <u>DECRETO Nº 12.082, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Institui a Estratégia Nacional de Economia Circular. <u>DECRETO Nº 12.081, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Institui a Iniciativa Nacional de Projetos Tecnológicos de Alto Impacto.
27/06/2024	<u>DECRETO Nº 12.080, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a apresentação obrigatória para o alistamento militar de que trata o art. 41, § 1º do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, exclusivamente para os residentes no Estado do Rio Grande do Sul.
26/06/2024	<u>DECRETO Nº 12.078, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Programa Navegue Simples.
26/06/2024 (Ed. extra)	<u>DECRETO Nº 12.079, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece nova sistemática de meta para a inflação como diretriz para fixação do regime de política monetária.
24/06/2024	<u>DECRETO Nº 12.069, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Governo Digital e a Rede Nacional de Governo Digital - Rede Gov.br e institui a Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 42, DE 2024</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, e republicada, em Edição Extra, no dia 12, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do

Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 26 de junho de 2024

Senador **RODRIGO PACHECO**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 41, DE 2024

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.217, de 9 de maio de 2024](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a importar arroz beneficiado ou em casca para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos extremos no Estado do Rio Grande do Sul", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 26 de junho de 2024

Senador **RODRIGO PACHECO**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 40, DE 2024

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.216, de 9 de maio de 2024](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica a mutuários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, nos termos do disposto no [Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024](#); altera a [Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020](#), e a [Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020](#); autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica para constituição de escritórios de projetos; estabelece normas para facilitação de acesso a crédito, tendo em vista os efeitos negativos decorrentes de desastres naturais; e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 26 de junho de 2024

Senador **RODRIGO PACHECO**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2024

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.215, de 6 de maio de 2024](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 7, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do

	Ministério da Saúde", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 26 de junho de 2024 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.904, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação às mudança do clima; altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências. <u>LEI Nº 14.903, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece o marco regulatório do fomento à cultura, no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. <u>LEI Nº 14.902, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover); altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980; e revoga dispositivos da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018. <u>LEI Nº 14.901, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020, e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para atualizar e aprimorar o regime jurídico a que se submete a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para incrementar o turismo no Brasil. <u>LEI Nº 14.900, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Lei nº 14.555, de 25 de abril de 2023, para reconhecer as quadrilhas juninas como manifestação da cultura nacional.
Atos do Senado Federal (SF)	<u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 2024</u> Autoriza o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) → Procuradoria-Geral Federal (PGF) <u>PORTARIA NORMATIVA PGF/AGU Nº 58, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a atuação da Procuradoria-Geral Federal, perante o Tribunal de Contas da União, nos procedimentos voltados para a solução consensual de controvérsias relevantes e a prevenção de conflitos afetos a entidades públicas da Administração Pública Federal, de que trata a Instrução Normativa TCU nº 91, de 22 de dezembro de 2022, e subdelega competência para autorizar a celebração de acordos nos casos em que especifica.

	CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR ↳ Conselho Estratégico <u>RESOLUÇÃO CEC Nº 9, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova mandato negociador para negociação de Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Emirados Árabes Unidos, abrangendo temas tarifários e outros temas relacionados a comércio. CASA CIVIL (CCPR) <u>PORTARIA CC/PR Nº 707, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova o Plano de Dados Abertos da Casa Civil da Presidência da República para o biênio 2024-2026. ↳ Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento <u>RESOLUÇÃO CGPAC Nº 5, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Discrimina ação para compor o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC e define ação a ser executada por meio de transferência obrigatória.
Ministério da Agricultura e Pecuária	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA <u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.136, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece as diretrizes para os procedimentos de retrabalho, revalidação e reprocessamento de produtos formulados, produtos técnicos e pré-misturas, de natureza química, previstos pela Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, conforme o disposto no art. 38. <u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.134, DE 20 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Anexo XXVI da Instrução Normativa nº 39, de 27 de novembro de 2017, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiagro, suas regras e os procedimentos técnicos, administrativos e operacionais de controle e fiscalização executados nas operações de comércio e trânsito internacional de produtos de interesse agropecuário.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ <u>PORTARIA CNPQ Nº 1.785, DE 20 DE JUNHO DE 2024</u> (...) Art. 1º Regulamenta o Programa de Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação - PICTI, política pública de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do CNPq, de relevância econômica, social e estratégica para o País, em consonância com as políticas de ciência e tecnologia, instituído com o objetivo de apoiar capital intelectual para pesquisa por meio da concessão de auxílios e bolsas. (...)
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) ↳ Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA GABAER/GC3 Nº 1.461, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre autorização de implantação de Objeto Projetado no Espaço Aéreo (OPEA), denominado <i>Infinity Tower</i>.

Ministério da Educação	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES <u>PORTARIA CAPES Nº 187, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> (*) Dispõe sobre mudança de área de avaliação e de área básica dos programas de pós-graduação stricto sensu (PPG) (*) Republicada por ter saído, no DOU nº 122, de 27-6-2024, Seção 1, pág. 67, com incorreção do original. <u>PORTARIA CAPES Nº 193, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Portaria nº 287, de 19 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a Política de Novação para beneficiários de bolsas no exterior dos programas geridos pela CAPES. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA Nº 32, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a transferência automática de recursos financeiros a municípios e ao Distrito Federal, para a manutenção de novas turmas de educação infantil, de que trata a Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013. <u>PORTARIA Nº 31, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Institui Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, com a finalidade de coligir e sistematizar subsídios e recomendações para a implementação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.
Ministério da Fazenda	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MF Nº 1.043, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> (*) Altera, mediante antecipação e remanejamento, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II, II-B, II-C, III, III-B, III-C, V, VI e VII do Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2024 e dá outras providências. (*) Republicação da PORTARIA MF Nº 1.043, DE 25 DE JUNHO DE 2024, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2024, edição nº 121, Seção 1, página 25, por ter saído com incorreção no original. <u>PORTARIA MF Nº 1.041, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Portaria MF nº 844, de 23 de maio de 2024, que autoriza o pagamento de equalização de taxas de juros em financiamentos rurais concedidos no âmbito da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992; define as condições para o ressarcimento dos custos decorrentes da concessão da subvenção econômica em operações de crédito do Pronaf e Pronamp de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 1.216, de 9 de maio de 2024; e estabelece procedimento para solicitação de pagamento de equalização de taxa de juros de operação de financiamento rural renegociadas ao amparo da Resolução CMN nº 5.132, de 10 de maio de 2024. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.144, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u>

Altera o art. 3º da Resolução CMN nº 5.097, de 24 de agosto de 2023, que define os critérios de elegibilidade para as operações de financiamento à inovação e à digitalização com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, mediante remuneração pela Taxa Referencial - TR.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.142, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Altera a Resolução CMN nº 5.140, de 5 de junho de 2024, que estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras das linhas de financiamento disponibilizadas com recursos do superávit financeiro do Fundo Social.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.141, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Fixa o índice de preços a ser adotado para fins da nova sistemática de meta para a inflação estabelecida pelo [Decreto nº 12.079, de 26 de junho de 2024](#), bem como a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

ATO COTEPE/ICMS Nº 85, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre as especificações técnicas para a validação e transmissão de arquivos da Declaração de Meios de Pagamento - DIMP - e documentos relacionados, estabelecido por meio do Ato COTEPE/ICMS nº 65/18.

→ Secretaria Executiva

ATO COTEPE/PMPF Nº 16, DE 24 DE JUNHO DE 2024

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA PGFN/MF Nº 1.032, DE 21 DE JUNHO DE 2024

Estabelece procedimentos, requisitos e condições necessárias à realização de transação relativa ao Programa Emergencial de Regularização Fiscal de Apoio ao Rio Grande do Sul - Transação SOS-RS.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.198, DE 17 DE JUNHO DE 2024

(Publicada no DOU de 18/6/2024) ANEXO ÚNICO (*)

(*) N. da Codou: Republicado por ter saído no DOU de 18/06/2024, Seção 1, pág. 61, com incorreção.

→ Coordenação-Geral de Administração Aduaneira

PORTARIA COANA Nº 154, DE 14 DE JUNHO DE 2024

Altera a Portaria Coana nº 140, de 27 de setembro de 2023, que dispõe sobre os procedimentos de controle aduaneiro e tratamento tributário aplicáveis aos bens de viajantes, sejam passageiros ou tripulantes, procedentes do exterior ou a ele destinados, ou em trânsito, em porto organizado ou instalação portuária alfandegados em território nacional para conferência aduaneira a bordo da embarcação.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS <u>PORTARIA SEST/MGI Nº 4.376, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Divulga a classificação do porte das empresas estatais federais referente ao exercício de 2023. SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL <u>PORTARIA CONJUNTA SGD-SEST/MGI Nº 39, DE 18 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a execução do Projeto de Transformação Digital EstataisGov.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA MJSP/ANPD Nº 9, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Portaria Conjunta MJSP/ANPD nº 5, de 9 de fevereiro de 2023, que disciplina a colaboração temporária entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados para a execução de atividades administrativas. <u>PORTARIA MJSP Nº 712, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> Disciplina o Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023, que estabelece os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa Formação. POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL ↳ Diretoria de Operações <u>PORTARIA DIOP/PRF Nº 104, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a restrição do trânsito de Veículos e Combinações de Veículos excedentes em peso e ou dimensões aos limites máximos estabelecidos pela Resolução nº 882/2021 do Conselho Nacional de Trânsito e suas alterações, passíveis ou não da concessão de Autorização Especial de Trânsito - AET ou Autorização Específica - AE, em rodovias federais nos períodos dos feriados do ano de 2024.
Ministério da Previdência Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA MPS/INS Nº 17, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem observados por sessenta dias, contados a partir do dia 23 de junho de 2024, no âmbito do Ministério da Previdência Social, do Instituto Nacional do Seguro Social e do Conselho de Recursos de Previdência Social, em razão do reconhecimento do Estado de Calamidade Pública e da Situação de Emergência no Rio Grande do Sul, e dá outras providências. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 169, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Institui a exceção à vedação prevista no inciso IV do art. 12 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022, e autoriza, de modo excepcional e temporário, período de carência para operações de empréstimos consignados de titulares

	de benefícios previdenciários e assistenciais, residentes e domiciliados no Estado do Rio Grande do Sul.
Ministério da Saúde	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.614, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Habilita, no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica, estabelecimentos de saúde para realização de Tratamento do Glaucoma com Medicamentos e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Município de Santa Fé do Sul, no Estado de São Paulo. <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.442, DE 18 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Portaria GM/MS nº 3.283, de 7 de março de 2024, que dispõe sobre as regras para as transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas a emendas parlamentares que destinarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), em 2024. SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA <u>PORTARIA SESAI/MS Nº 96, DE 20 DE JUNHO DE 2024 (*)</u> Institui o Grupo de Trabalho sobre os Seminários de Saúde Indígena, no âmbito da Secretaria de Saúde Indígena, com a finalidade de propor, articular, formular proposta para a execução dos seminários regionais de saúde indígena. (*) Republicada por ter saído indevidamente no DOU nº 118, de 21-6-2024, Seção 2. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE <u>PORTARIA SECTICS/MS Nº 30, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o inebilizumabe no tratamento de pacientes adultos com distúrbios do espectro da neuromielite óptica (DENMO) que são soropositivos para a imunoglobulina G antiaquaporina-4 (AQP4-IgG). <u>PORTARIA SECTICS/MS Nº 29, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a lenalidomida em combinação com rituximabe para pacientes com linfoma folicular previamente tratados.
Ministério das Cidades	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Instrução Normativa nº 47, de 20 de dezembro de 2023, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação, para o exercício de 2024. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Regulamenta os procedimentos e as disposições relativos às operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos - Mutuários Privados e Mutuários Sociedades de Propósito Específico, instituído, respectivamente, pela Resolução nº 476, de 31 de maio de 2005, alterada pela Resolução nº 647, de 14 de

	dezembro de 2010 e pela Resolução nº 411, de 26 de novembro de 2002, todas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. <u>PORTARIA MCID Nº 549, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Selo do Programa Bicicleta Brasil. <u>PORTARIA MCID Nº 545, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública, na modalidade concurso, para concessão de prêmios a iniciativas que promovem o desenvolvimento socioterritorial das periferias, no âmbito do Ministério das Cidades. <u>PORTARIA CONJUNTA MCID/MIDR Nº 1, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece, em caráter excepcional, as diretrizes e os procedimentos de avaliação de unidades habitacionais destruídas e interditadas definitivamente por desastres provenientes de situação de emergência ou de estado de calamidade pública do meses de abril e maio de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul para fins de provisão habitacional; elaborada em conjunto por Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação.
Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.095, DE 18 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece a padronização do número de identificação da unidade consumidora e das demais instalações dos usuários de energia elétrica; altera as Resoluções Normativas nº 956, de 7 de dezembro de 2021, nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e dá outras providências.
Ministério de Portos e Aeroportos	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC <u>RESOLUÇÃO Nº 750, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova a Emenda nº 01 ao RBAC nº 117. (...) <i>Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, a Emenda nº 01 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 117, intitulado "Requisitos para o gerenciamento de fadiga humana", em substituição integral ao RBAC nº 117, Emenda nº 00.</i> (...)
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDA Nº 28, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão e manutenção do direito de uso do Selo Biocombustível Social.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDS Nº 996, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais nos Municípios que recebem

Social, Família e Combate à Fome	migrantes e refugiados oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMBATE À POBREZA E À FOME <u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> (...) A SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMBATE À POBREZA E À FOME, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 11.422, de 28 de fevereiro de 2023, e o disposto no art. 13, inciso I, do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, na função de EXECUTIVA DA CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, resolve: Formalizar a adesão dos municípios (...) SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>PORTARIA SNAS Nº 109, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Torna pública lista anexa das programações oriundas de emendas parlamentares, ou de programação orçamentária própria, executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social na modalidade fundo a fundo, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL <u>PORTARIA Nº 86, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece metas, limites financeiros, prazos e requisitos para execução da modalidade Compra com Doação Simultânea, via Termo de Adesão, por meio de Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada (RP7). <u>PORTARIA Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece metas, limites financeiros, prazos e requisitos para execução da modalidade Compra com Doação Simultânea, via Termo de Adesão, por meio de Emenda Parlamentar Impositiva Individual (RP6).
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MEMP Nº 124, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre os critérios para apresentação, análise e aprovação da proposta orçamentária do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae.
Ministério do Planejamento e Orçamento	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 203, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 542.634.247,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 202, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, em

diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, no valor de R\$ 50.759.711,00.

PORTARIA GM/MPO Nº 201, DE 28 DE JUNHO DE 2024

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde, e das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 26.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA GM/MPO Nº 200, DE 28 DE JUNHO DE 2024

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, nos Ministérios da Agricultura e Pecuária; e da Saúde, no valor de R\$ 50.795.000,00.

PORTARIA GM/MPO Nº 198, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 2.825.306.453,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA GM/MPO Nº 197, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 629.867.596,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA GM/MPO Nº 196, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 366.267.497,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA GM/MPO Nº 195, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, do Planejamento e Orçamento, e da Defesa, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 101.057.790,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA GM/MPO Nº 192, DE 21 DE JUNHO DE 2024

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo Federal e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 570.965.568,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA GM/MPO Nº 190, DE 21 DE JUNHO DE 2024

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, na Presidência da República e nos Ministérios das Comunicações; e da Defesa, e do Anexo da [Medida Provisória nº 1.209, de 12 de março de 2024](#), nos Ministérios da Defesa; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 384.739.132,00.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

	→ Subsecretaria de Gestão Orçamentária <u>PORTARIA SOF/MPO Nº 199, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Modifica fontes de recursos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no âmbito dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e das Cidades. <u>PORTARIA SOF/MPO Nº 189, DE 20 DE JUNHO DE 2024</u> Modifica fontes de recursos constantes do Orçamento Fiscal da União, no âmbito do Ministério dos Transportes, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.
Ministério do Trabalho e Emprego	CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR <u>RESOLUÇÃO CODEFAT/MTE Nº 1.007, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Resolução Codefat nº 780, de 14 de dezembro 2016, que estabelece diretrizes básicas para a Padronização da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego - Sine. <u>RESOLUÇÃO CODEFAT/MTE Nº 1.006, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Define metodologia de mensuração do emprego e Relatório Anual do Emprego, relativos às aplicações financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. <u>RESOLUÇÃO CODEFAT/MTE Nº 1.004, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT para o exercício de 2025.
Ministério dos Transportes	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 595, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece diretrizes para o fluxo de dados e informações entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e o Ministério dos Transportes para fins de formulação, execução e monitoramento das políticas nacionais de transportes rodoviário e ferroviário e de trânsito. AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT → Diretoria Colegiada <u>RESOLUÇÃO Nº 6.044, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Resolução nº 6.024, de 3 de agosto de 2023, que estabelece as normas para o Vale-Pedágio obrigatório e institui os procedimentos de habilitação de empresas fornecedoras em âmbito nacional, os procedimentos de aprovação de modelos e sistemas operacionais e institui as infrações e suas respectivas penalidades.
Ministério Público da União	ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA <u>PORTARIA PGE Nº 26, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Portaria PGR/PGE nº 1, de 9 de setembro de 2019, que regulamenta a atuação do Ministério Público Eleitoral.

Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
28/06/2024	<u>DECRETO Nº 68.651, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas.
26/06/2024	<u>DECRETO Nº 68.648, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Institui, junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Programa Estadual de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Locais - Programa SP Produz e dá providências correlatas.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 100, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Deliberação CEETEPS nº 76, de 29-12-2021, que dispõe sobre as normas gerais para atendimento ao Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, vinculado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – CEETEPS e dá providências correlatas. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIVESP) <u>PORTARIA PR Nº 51, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece as normas operacionais para matrícula do Processo Seletivo Vestibular, do 2º Semestre de 2024, para ingresso no curso de graduação da Univesp e dispõe sobre assuntos correlatos. (NÚMERO SEI 253.00000786/2023-14).
Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SDE Nº 14/2024, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece as diretrizes para reconhecimento e fomento do Programa Estadual de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Locais – Programa SP Produz, disciplina a Rede Paulista de Apoio às Cadeias Produtivas Locais, instituídos pelo Decreto nº 68.648, de 25 de junho de 2024 , e dá outras providências.
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 46, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o projeto para atribuição de Professor Tutor para turmas de Anos Finais do Ensino Fundamental, que visa apoiar na recomposição das aprendizagens dos componentes de Língua Portuguesa e Matemática

Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 686, DE 26-06-2024</u> Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas. <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 685, DE 26-06-2024</u> Dispõe sobre Índices de Reajustes de Preços de Contratos de Serviços, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil nº 79 de 12-12-03 e suas alterações. <u>RESOLUÇÃO SFP-20, DE 26-06-2024</u> Divulga os índices percentuais preliminares de participação dos municípios paulistas no produto da arrecadação do ICMS do ano-base 2023, para aplicação no exercício de 2025, e fixa prazo para apresentação da impugnação. SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL <u>COMUNICADO SRE 9, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> AGENDA TRIBUTÁRIA PAULISTA Nº 419 MÊS DE JULHO DE 2024 → Coordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento → → Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida <u>PORTARIA CFIS Nº 05, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> Fixa a quantidade, suspende atividades, avoca competência, altera denominação de unidades administrativas nas Delegacias Regionais Tributárias e dá providências correlatas. → → Diretoria de Atendimento, Gestão e Conformidade <u>COMUNICADO DIGES Nº 07, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. SUBSECRETARIA DO TESOUREO ESTADUAL → Coordenadoria da Administração Financeira → → Departamento de Finanças do Estado <u>COMUNICADO CAF-G Nº 00014, DE 21 DE JUNHO DE 2024.</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de maio de 2024. <u>COMUNICADO Nº 00013 DE 21-06-2024</u> A Secretaria da Fazenda e Planejamento comunica a compensação dos valores repassados pelo Estado de São Paulo aos Municípios por força de decisão judicial que superaram o valor previsto no § 1º do art. 6º da Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023, com os repasses vincendos da cota municipal de ICMS, corresponde aos valores constantes na tabela anexa a este comunicado. ANEXO Compensação dos Municípios das perdas de arrecadação do ICMS prevista no art. 11 da LC 201/2023
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 23, DE 26-06-2024</u> O Secretário de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto nº 52.691, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelos

Decretos [nº 68.306, de 16 de janeiro de 2024](#), e [nº 68.385, de 12 de março de 2024](#),

RESOLVE:

Artigo 1º- Para as atividades de cadastramento, no exercício de 2024, todos os servidores, empregados públicos e militares em atividade, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, deverão utilizar os canais integrantes da plataforma SOU.SP.GOV.BR abaixo especificados:

I – Portal do Cadastramento: <https://recad.sp.gov.br>; e

II – Aplicativo SOU.SP.GOV.BR, disponível nas lojas Google Play (Android) e App Store (iOS).

Artigo 2º - Os usuários a que se refere o artigo 1º poderão obter suporte presencial para a realização do cadastramento nos setoriais ou subsetoriais de recursos humanos de sua vinculação.

Artigo 3º - Os órgãos setoriais e subsetoriais de Recursos Humanos aos quais os usuários se encontram vinculados deverão, em caráter excepcional, cadastrar processo SEI com a devida documentação comprobatória que justifique a ocorrência de:

I - incapacidade absoluta;

II - restrição de liberdade;

III - afastamento/licença - servidor fora do país;

IV - admissão no PROVITAL;

V - servidor sem biometria cadastrada.

§ 1º - Para a comprovação das situações previstas nos incisos I a V, poderão ser utilizadas as documentações disponíveis no órgão ou que sejam entregues por representante legal.

§ 2º - Quando o servidor não conseguir realizar a Prova de Vida em decorrência de não possuir biometria cadastrada e estiver impossibilitado de realizar sua coleta ou atualização junto ao TSE, bem como não possuir a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o Registro Geral (RG) do Estado de SP, deverá entregar a documentação comprobatória no próprio órgão setorial e subsetorial de Recursos Humanos de sua vinculação.

§ 3º - Os órgãos setoriais e subsetoriais de Recursos Humanos deverão realizar, na Área Administrativa do Portal de Cadastramento (<https://recad.sp.gov.br/>), a atualização dos dados pendentes de cadastramento dos usuários abrangidos no caput deste artigo.

Artigo 4º - Os procedimentos operacionais a que se refere o artigo 3º, assim como os relacionados ao processo de suspensão e restabelecimento dos vencimentos e salários de que trata o artigo 6º do Decreto nº 52.691, de 01 de fevereiro de 2008, serão definidos e comunicados de forma conjunta pela Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação (SSCTI) e da Unidade Central de Recursos Humanos (UCRH).

Artigo 6º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de julho de 2024, ficando revogadas as Resoluções SGGD nº 1, de 18 de janeiro de 2024, nº 07, de 14 de março de 2024 e nº 19, de 17 de maio de 2024.

RESOLUÇÃO SGGD Nº 22, DE 25-06-2024

Dispõe sobre a eleição de membros representantes das carreiras de Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas e de Especialista em Políticas Públicas, para composição da Comissão Técnica da Carreira de Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – COTAN e da Comissão Técnica da Carreira de Especialista em Políticas Públicas - CEPP, a que se refere o artigo 2º do Decreto nº 67.100, de 08-09-2022, e dá providências correlatas.

	<u>RESOLUÇÃO Nº 21, DE 25-06-2024</u> Cria a Comissão de Avaliação de Credenciamento de empresas, visando o fornecimento de vale refeição por meio de cartão eletrônico, no âmbito da Secretaria de Gestão e Governo Digital - SGGD, e designa servidores para sua composição
Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA N.º 88/2.024</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para estudos, aprimoramento, análise técnica-jurídica, elaboração de minuta do Regimento Interno e reformulação da legislação que instituiu o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo-CPDCN. FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 04/2024</u> Altera e Regulamenta o regime híbrido teletrabalho no âmbito da Fundação Procon-SP
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 148, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a representação do Comitê Interdisciplinar e Interinstitucional para avaliar e acompanhar a elaboração, na Secretaria da Saúde, de um plano terapêutico individual para todos os indivíduos que se encontram na Unidade Experimental de Saúde. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 145, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre o repasse de valores financeiros, do Fundo Estadual de Saúde - FUNDES, para os Fundos Municipais de Saúde, conforme complementação estabelecida através da Tabela SUS Paulista, aos prestadores de serviço conveniados ou contratados pelo SUS/SP, sob Gestão Municipal. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO CIB Nº 76, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> (...) A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB SP, em sua 346ª reunião ordinária realizada em 20/06/2024 aprova a Nota Técnica CIB – Orientações dos Fluxo para Adesão à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme Anexo I e Anexo II. (...) <u>DELIBERAÇÃO CIB Nº 75, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> (...) A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP sua 346ª reunião ordinária, realizada em 20/06/2024, aprova incremento de recursos financeiros MAC, em parcela única, sob Gestão Estadual, destinados aos serviços abaixo relacionados, aprovados em CIR, conforme segue: (...)

	<u>DELIBERAÇÃO CIB Nº 74, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> (...) A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP em sua 346ª reunião ordinária realizada em 20/06/2024, aprova a distribuição dos valores da 2ª parcela do incentivo, previsto para a 1ª etapa do Programa SUS Digital, conforme Anexos I e II. (...)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO Nº 27/2024, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Resolução GR – 27/2024, de 21/06/2024 Dispõe sobre a suspensão do Programa de Apoio Acadêmico (PAA) e consequentemente retirada dos(as) estudantes ativos(as).
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>PORTARIA GR Nº 8527, DE 26 DE JUNHO DE 2024</u> Reajusta o valor do Auxílio-Alimentação. → → Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) <u>RESOLUÇÃO COPGR Nº 8655, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Prevê a revogação, observado o prazo que especifica, da autorização excepcional e temporária para prorrogações de prazo na Pós-Graduação em razão da Pandemia da COVID-19.
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG Nº 263, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Regulamenta a concessão de gratificação de magistério aos/às Servidores/as do Subquadro de Apoio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, prevista no artigo 14-B, da Lei Complementar Estadual nº 1.050, de 24 de junho de 2008.
Ministério Público do Estado (MPE)	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA <u>RESOLUÇÃO Nº 1.874/2024-CPJ, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> (SEI 29.0001.0132528.2023-67) Disciplina e regulamenta a elaboração e a execução do Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo. <u>RESOLUÇÃO Nº 1.852/2024-PGJ, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> (SEI Nº 29.0001.0070536.2023-19) Institui o Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri na estrutura do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminal e revoga a Resolução nº 1.333/2021-PGJ, de 19 de maio de 2021.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO

28/06/2024

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI 504/2024, DE 28/06/2024

Classifica como de Interesse Turístico o Município de Torre de Pedra.

PROJETO DE LEI 502/2024, DE 28/06/2024

Estabelece o programa de reinserção no mercado de trabalho das pessoas transexuais e travestis.

PROJETO DE LEI 501/2024, DE 28/06/2024

Obriga as escolas públicas e privadas, no Estado, a estabelecer diretrizes e realizarem adaptações para alunos com TDAH, dislexia e outros transtornos de aprendizagem.

PROJETO DE LEI 500/2024, DE 28/06/2024

Torna obrigatória a realização de exame Teste Molecular de DNA em recém-nascidos e crianças de até um ano e meio de idade para identificação da Síndrome do X-Frágil.

PROJETO DE LEI 498/2024, DE 28/06/2024

Institui o Selo de Inclusão da Mulher no Mercado de Trabalho (SIMM) para empresas que adotem práticas de capacitação e emprego de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

PROJETO DE LEI 496/2024, DE 28/06/2024

Institui a Política Estadual de Atenção à Saúde aos Portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) com o fornecimento gratuito do medicamento METILFENIDATO nas unidades de saúde pública e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS.

PROJETO DE LEI 495/2024, DE 28/06/2024

Estabelece a proibição do consumo de maconha em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, no Estado.

PROJETO DE LEI 494/2024, DE 28/06/2024

Institui o "Dia Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Koolen de Vries - KDVS".

PROJETO DE LEI 493/2024, DE 28/06/2024

Altera o valor de referência das obrigações de pequeno valor constante da [Lei nº 17.205, de 07 de novembro de 2019](#), que estabelece, para fins de requisição direta à Fazenda do Estado de São Paulo, Autarquias, Fundações e Universidades estaduais, o limite para atendimento como obrigações de pequeno valor, nos termos do § 3º do artigo 100 da Constituição Federal.

PROJETO DE LEI 492/2024, DE 28/06/2024

Classifica como de Interesse Turístico o Município de Palestina.

PROJETO DE LEI 491/2024, DE 28/06/2024

Cria a "Carteira de Medicamentos" destinada ao registro de fármacos prescritos aos usuários do serviço de saúde, no Estado.

PROJETO DE LEI 490/2024, DE 28/06/2024

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Memória Olímpica e Esportiva do Estado.

PROJETO DE LEI 489/2024, DE 28/06/2024

Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Bertioga.

	<u>PROJETO DE LEI 488/2024, DE 28/06/2024</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Bastos. <u>PROJETO DE LEI 487/2024, DE 28/06/2024</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame oftalmológico para estudantes do ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio nas escolas públicas do Estado, e dá outras providências. PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2024</u> Institui o Prêmio "Maria Firmina dos Reis", a ser conferido pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a unidades educacionais de instituições públicas, em razão de destaque na promoção e implementação de políticas e ações concretas voltadas ao combate ao racismo na comunidade escolar
27/06/2024	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 36/2024, DE 27/06/2024</u> Autoriza o Governo do Estado a prorrogar a vigência dos contratos dos docentes firmados nos termos da Lei Complementar nº 1093, de 16 de julho de 2009, que se vencerem ao longo do ano de 2024 nos moldes que especifica. PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI 484/2024, DE 27/06/2024</u> Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - nas operações com componentes, acessórios e adaptações para controles e jogos eletrônicos construídos ou adaptados destinados à utilização por pessoa com deficiência. <u>PROJETO DE LEI 481/2024, DE 27/06/2024</u> Institui o Programa Devolve ICMS. <u>PROJETO DE LEI 477/2024, DE 27/06/2024</u> Autoriza o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a utilizar os recursos oriundos das serventias extrajudiciais, durante a interinidade, para quitar verbas trabalhistas devidas aos empregados não recepcionados. PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO 16/2024, DE 27/06/2024</u> Acrescenta as matérias de eventos esportivos e empreendedorismo esportivo às competências da Comissão de Assuntos Desportivos
26/06/2024	PROJETOS DE LEI <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.551, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 61/24, ratificado pelo Decreto nº 68.609, de 15 de junho de 2024. <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.550, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u>

	Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 59/24, ratificado pelo Decreto nº 68.609, de 15 de junho de 2024. PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI 475/2024, DE 26/06/2024 Regulamenta o recebimento de apoio e patrocínio de pessoa física ou jurídica a projetos públicos na Secretaria de Esportes do Estado. PROJETO DE LEI 474/2024, DE 26/06/2024 Classifica como de Interesse Turístico o Município de Mesópolis. PROJETO DE LEI 473/2024, DE 26/06/2024 Altera dispositivos da Lei n.º 16.771, de 18 de junho de 2018, que institui o Programa Vizinhança Solidária. PROJETO DE LEI 472/2024, DE 26/06/2024 Institui o "Dia Estadual de Conscientização das Desordens do Corpo Caloso". PROJETO DE LEI 471/2024, DE 26/06/2024 Torna obrigatória a disponibilização de guia-intérprete para pessoas surdocegas nos estabelecimentos de saúde financiados pelo SUS no Estado.
25/06/2024	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 470, DE 2024 Autoriza o Poder Executivo a Instituir o benefício de pensão aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a dois salários mínimos vigentes. PROJETO DE LEI Nº 469, DE 2024 Dispõe sobre a desburocratização de procedimentos administrativos no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências. PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2024 Susta os efeitos da Resolução Conjunta SEDUC/SSP – nº 1, de 20-06-2024, que “regulamenta a implementação do Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo, no âmbito da Secretaria da Educação e da Secretaria da Segurança Pública, e dá outras providências”.
24/06/2024	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 467, DE 2024 Institui a “Política Estadual de Ingresso e Permanência nas Escolas Técnicas - ETECs e Faculdades de Tecnologia - FATECs”, no Estado de São Paulo. PROJETO DE LEI Nº 466, DE 2024 Altera os dispositivos das organizações da sociedade civil da lei nº 2.574, de 04 de dezembro de 1980, atualizada pela lei nº 17.370, de 10 de maio de 2021 que, estabelece normas para a declaração de utilidade pública. PROJETO DE LEI Nº 465, DE 2024

	Altera o nome do “Programa Bolsa Talento Esportivo”, de que trata a Lei nº 13.556, de 9 de junho de 2009, e revoga dispositivos da Lei nº 17.372, de 26 de maio de 2021. <u>PROJETO DE LEI Nº 464, DE 2024</u> Autoriza o Poder Executivo a conceder redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS para equipamentos e acessórios de skate comercializados no Estado.
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
28/06/2024	<u>DECRETO Nº 63.541, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Introduce alterações no Decreto nº 57.575, de 29 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil. <u>DECRETO Nº 63.540, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre o pagamento do Prêmio de Desempenho em Segurança Urbana relativo ao exercício de 2024, instituído pela Lei nº 15.366, de 8 de abril de 2011, regulamentado pelo Decreto nº 52.831, de 2 de dezembro de 2011. <u>DECRETO Nº 63.539, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u> Prorroga o prazo previsto no artigo 4º do Decreto nº 63.110, de 29 de novembro de 2023, que dispõe sobre a extinção e liquidação do Serviço Funerário do Município de São Paulo.
26/06/2024	<u>DECRETO Nº 63.518, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Regulamenta, no âmbito do Município de São Paulo, a escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, prevista na Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018. <u>DECRETO Nº 63.517, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Introduce alterações nos artigos 1º, 3º e 5º do Decreto nº 62.312, de 13 de abril de 2023, que cria o Comitê de Proteção Escolar e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 63.516, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre permissão de uso ao Governo do Estado de São Paulo, a título precário e gratuito, da área municipal situada no Distrito de Pirituba, Subprefeitura de Pirituba-Jaraguá, para fins de regularização da Escola Estadual Pio XII.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti

ajrcavalcanti@sp.gov.br

Edson Prates

eprates@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>